

**Plano de Atividades e Orçamento
2024-2026**

ÍNDICE

0. Preambulo	4
1. Introdução	6
1.1. Caracterização da Empresa.....	6
1.2. Missão e visão	6
1.3. Modelo de Negócio.....	6
1.4. Responsabilidade de governança, social e ambiental	7
1.5. Modelo organizacional.....	8
2. Estratégia de Médio Prazo (3 anos).....	10
2.1. Enquadramento e contexto estratégico	10
2.2. Objetivos de Gestão.....	11
3. Plano de Atividades e Indicadores de Desempenho	12
3.1. Produtos e Serviços que se pretendem Disponibilizar ou Prestar	12
3.2. Orçamento de exploração	14
3.1. Gastos e réditos associados a novas atividades	14
3.2. Contingências.....	14
3.3. Eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de materialidade	15
3.4. Conjunto de gastos, projetos e investimentos enquadráveis no Plano de Recuperação e Resiliência.....	15
3.5. Eficiência operacional	15
3.6. Otimização de Gastos	17
3.7. Recrutamento (novo).....	19
3.8. Recrutamento aprovados no PAO anterior (em curso).....	20
3.9. Frota automóvel.....	22
3.10. Conformidade com a proposta apresentada para o Orçamento de Estado para 2024	23
4. Plano de Investimentos	24
5. Recursos humanos	25
5.1. Caracterização geral.....	25
5.2. Gastos com pessoal.....	26
6. Informação Financeira.....	29
6.1. Demonstrações financeiras	29
7. Contrato Programa / Serviço Público / Concessão de Serviço Público	32

8. Quadro Síntese de Autorizações Requeridas	32
9. Outros.....	33
9.1. Cumprimento das Orientações Financeiras para o triénio 2024-2026 .	33
10. Anexos	35

0. Preambulo

A conjuntura em que se desenvolve a gestão da dívida pública e da tesouraria do Estado continua a apresentar grandes desafios.

A manutenção do conflito entre a Rússia e a Ucrânia continua a pesar sobre a economia global, aumentando os níveis de incerteza e mantendo as pressões inflacionistas.

Com a inflação em clara tendência descendente durante o ano, mas ainda em níveis historicamente elevados, os Bancos Centrais das principais economias desenvolvidas, no cumprimento do seu mandato de garantir a estabilidade de preços, têm pautado a sua atuação por uma política monetária significativamente restritiva e durante mais tempo. Os efeitos desta orientação já se fazem sentir, com a economia da União Europeia em claro abrandamento, em relação a 2022, e com as previsões de crescimento económico em 2023 e 2024 a serem revistas em baixa pela Comissão Europeia. Neste contexto de inflação e taxas de juro elevadas, vários Estados Membros responderam com políticas orçamentais de combate ao aumento do custo de vida, levando a um inevitável impacto negativo nas finanças públicas. Por seu turno, Portugal tem demonstrado bastante resiliência e resistido a estas pressões, mantendo firme a trajetória de consolidação das finanças públicas e de redução da dívida.

Neste quadro, o Fed e o BCE têm vindo a aumentar de forma acelerada as respetivas taxas diretoras, que atualmente se fixam em 5,25%-5,50% no caso do Fed e em 3,75% no caso do BCE. O mercado não exclui a possibilidade de novas subidas até ao final do ano, em particular no caso da Zona Euro, com a expectativa das primeiras descidas de taxas a ser adiada para a primeira metade de 2024.

Em complemento à expressiva subida das taxas diretoras ao longo do ano, o BCE tornou a sua política monetária ainda mais restritiva, ao dar início, neste ano, à implementação do programa de *Quantitative Tightening*, reduzindo o reinvestimento da sua carteira de ativos detidos no âmbito do *Asset Purchase Programme* (APP), que inclui dívida pública, a um ritmo de EUR 15 mil milhões por mês entre março e junho, e parando totalmente o reinvestimento dos reembolsos da carteira em julho.

Todos estes fatores de mercado têm provocado volatilidade acrescida nos mercados, com as taxas de juro de longo prazo da dívida soberana dos países da Zona Euro a manterem-se em níveis elevados e próximos dos registados no final do ano passado. Assim, por referência, a yield da dívida pública alemã a 10 anos situa-se atualmente nos 2,61%, + 4 p.b. do que no final de 2022.

No caso de Portugal, a tendência deste ano das yields da dívida pública aponta para alguma descida, com a yield a 10 anos atualmente nos 3,33%, - 25 p.b. do que no final do ano passado. Para esta performance relativamente positiva têm contribuído a menor liquidez das Obrigações do Tesouro em mercado, em virtude da escassez da oferta de títulos em mercado primário, resultado das reduzidas necessidades de financiamento da República Portuguesa neste ano, mas, principalmente, importa salientar a importância da evolução positiva da notação de *rating* da República Portuguesa, um fator particularmente relevante no atual enquadramento de mercado, caracterizado pela incerteza e maior volatilidade. Após a melhoria, no final do ano passado, da notação atribuída por 3 das 4 principais agências de notação de *rating*, em 2023 a tendência manteve-se, com a subida da notação atribuída pela DBRS de A(*low*) para A no mês de julho e as perspetivas positivas atribuídas pela Moody's em maio (com *rating* Baa2) e pela S&P em setembro (com *rating* BBB+).

A atuação do IGCP revela-se particularmente exigente neste contexto de incerteza, de forma a assegurar o normal financiamento do Estado e ao menor custo possível.

No plano externo, serão: (i) dinamizadas ações junto dos *Primary Dealers*, dos investidores institucionais, instituições supranacionais e das agências de notação de *rating*, (ii) diversificadas as fontes de financiamento (como os *Green Bonds*).

A nível interno, promover-se-á (i) a melhoria operacional e financeira através da transformação digital da Agência, resolvendo as questões de obsolescência de processos e sistemas e de disponibilização de produtos e serviços; (ii) o alargamento dos canais de distribuição dos produtos de retalho (iii) a revisão do regime de tesouraria do Estado; e (iv) a revisão da carteira de referência (*benchmark*) da dívida pública.

Todas estas ações suportarão a gestão eficiente da Dívida Pública e da Tesouraria do Estado, e a melhoria da qualidade do serviço e da satisfação dos clientes de retalho, bem como das entidades da administração pública.

1. Introdução

1.1. Caracterização da Empresa

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E. (“IGCP” ou a “Agência”) é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira, e património próprio, sujeita à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área das finanças, com atribuições e competências definidas nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2012 de 27 de agosto.

1.2. Missão e visão

Missão

O IGCP tem por missão gerir, de forma integrada, a tesouraria, o financiamento e a dívida pública direta do Estado, compreendendo, nos termos da lei, a dívida das entidades do setor público empresarial cujo financiamento seja assegurado através do Orçamento do Estado, cabendo-lhe ainda coordenar o financiamento dos fundos e serviços dotados de autonomia administrativa e financeira, em obediência às orientações definidas pelo Governo.

Visão

A Agência pretende afirmar-se como uma agência eficiente na gestão da dívida e da tesouraria (nomeadamente nos termos da Lei 7/98 de 3 de fevereiro), proporcionando maior satisfação aos clientes e sustentando as operações numa estrutura organizacional de excelência.

1.3. Modelo de Negócio

A atividade ‘comercial’ do IGCP reparte-se em três áreas de negócio:

- a. A gestão da tesouraria e da dívida pública; (área da “Tesouraria e Dívida”);
- b. A prestação de serviços bancários do Setor Empresarial do Estado e Administração Pública; (área “Corporativa”);
- c. A gestão de instrumentos de poupança e de aforro destinados ao retalho; (área de “Retalho”).

A Agência é abrangida pelas normas e regulamentos internacionais aplicáveis ao setor financeiro, nomeadamente no que diz respeito à cibersegurança, sistemas de pagamento interbancários, procedimentos de Know Your Customer, entre outros.

Na sua atividade de gestão da Tesouraria e Dívida Pública do Estado, o IGCP gere uma carteira de financiamentos de c. 300 mil milhões de €, com prazos de maturidade até 30 anos, sendo remunerada por uma comissão calculada nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2012 de 27 de agosto.

No Corporate, o IGCP conta com c. de 1.000 clientes abrangidos pelo princípio da Unidade de Tesouraria do Estado introduzido em 1999, prestando um leque abrangente de produtos e serviços bancários característicos da atividade de banca comercial. Os custos com fornecimentos e serviços externos da atividade bancária suportados pelo IGCP são repassados numa lógica de *pass-through* integral aos

clientes, com exceção dos encargos com serviços bancários associados à emissão de DUC¹ para a AT² e IGFEJ³, cuja regularização é efetuada diretamente pelo Orçamento do Estado.

No retalho, o IGCP conta com c. 1.000.000 clientes e 8 produtos de poupança ativos, distribuídos por uma rede física externa e por uma rede digital, sendo a ambição do Governo modernizar o âmbito e o número de canais digitais, promovendo a melhoria da jornada cliente, a acessibilidade universal aos produtos e a qualidade do serviço prestado. Com exceção de uma comissão administrativa para os dossiers de habilitação de herdeiros, a Agência não auferir nenhuma remuneração por estes serviços.

1.4. Responsabilidade de governança, social e ambiental

O IGCP assenta a sua atividade numa cultura guiada por aquele que é o princípio de interesse público estruturante e orientador de toda a missão da Agência. A sua ação é parametrizada pela sujeição a deveres e princípios de ética de que se destacam os valores seguintes:

- Rigor - porque as decisões da Agência têm impacto profundo na vida dos Portugueses;
- Transparência - na gestão porque a Agência é responsável por fundos públicos;
- Integridade - porque é fundamental agir com elevados princípios de carácter, honestidade e respeito.

A estes valores somam-se ainda os princípios: da legalidade; da isenção e imparcialidade; da igualdade; e do dever de informação.

A 30 de junho de 2023, entrou em vigor a Norma Interna 314 com o Programa de Cumprimento Normativo (PCN), nos termos do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que se insere no contexto de operacionalização da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril), criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

O PCN da Agência inclui: (i) um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), (ii) um código de conduta, (iii) um programa de formação e (iv) um canal de denúncias; tendo sido designado um responsável pela sua implementação e controlo.

O IGCP encontra-se empenhado em contribuir positivamente para a sociedade, para a preservação do meio ambiente e para as regras de governança, através da adoção dos seguintes objetivos de desenvolvimento sustentável (por referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Unesco): 05 | Igualdade de Género; 09 | Inovação da Infraestrutura; 13 | Ação contra a mudança global do clima; 16 | Paz, justiça e instituições eficazes e 17 | Parcerias e meios de implementação.

A Agência promoverá uma política *Environmental, Social and corporate Governance*, - ESG (na sigla inglesa) integrada, onde incorporará as medidas já adotadas ao nível da igualdade de género e condições de trabalho, descarbonização e consumo responsável, com políticas adicionais ao nível da ética e da transparência.

¹ Documento Único de Cobrança.

² Autoridade Tributária.

³ Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça

1.5. Modelo organizacional

Órgãos sociais

São órgãos Sociais do IGCP, o Conselho de Administração, o Conselho Consultivo e o Fiscal Único.

O Conselho de Administração é composto estatutariamente por um presidente e dois vogais. Integram o Conselho de Administração⁴:

- Dr. Juan Miguel Martín Iglesias – presidente
- Dr.^a Maria Rita Gomes Granger – vogal
- Dr. Rui Manuel Sampaio Amaral – vogal

O Conselho Consultivo é composto pelo presidente do Conselho de Administração do IGCP - que preside, mas sem direito de voto; pelos anteriores presidentes da Agência que tenham concluído, pelo menos, um mandato; por um membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal a indicar por este; e por quatro personalidades de reconhecida competência em matéria económica e financeira, a designar por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Integram o Conselho Consultivo⁵:

- Dr. Juan Miguel Martín Iglesias (Presidente e atual presidente da Agência);
- Dr. Alberto Manuel Sarmento Azevedo Soares (antigo presidente da Agência);
- Dra. Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho (antiga presidente da Agência);
- Dr. Vasco Manuel da Silva Pereira (antigo presidente da Agência);
- Dr. Vítor Augusto Brinquete Bento (antigo presidente da Agência);
- Dr. Hélder Manuel Sebastião Rosalino (por indicação do Banco de Portugal);
- Dra. Alexandra Paula Branco Pinto Leão (por nomeação);
- Dr. António Abel Sancho Pontes Correia (por nomeação);
- Dr. Ricardo Augusto Marcos Rocha Reis (por nomeação);
- Dr. Pedro Manuel Soares Brinca (por nomeação);

A fiscalização do IGCP cabe a um Fiscal Único. Para o mandato de 2022-2024, foi nomeado o fiscal único efetivo a sociedade RCA - Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A, representada pelo revisor oficial de contas Dr. Paulo Fernando da Silva Pereira, e como fiscal único suplente a Dra. Tânia Michele Ferreira de Almeida Duarte⁶.

⁴ Despacho do Ministério das Finanças n.º 10204/2022, de 11 de agosto.

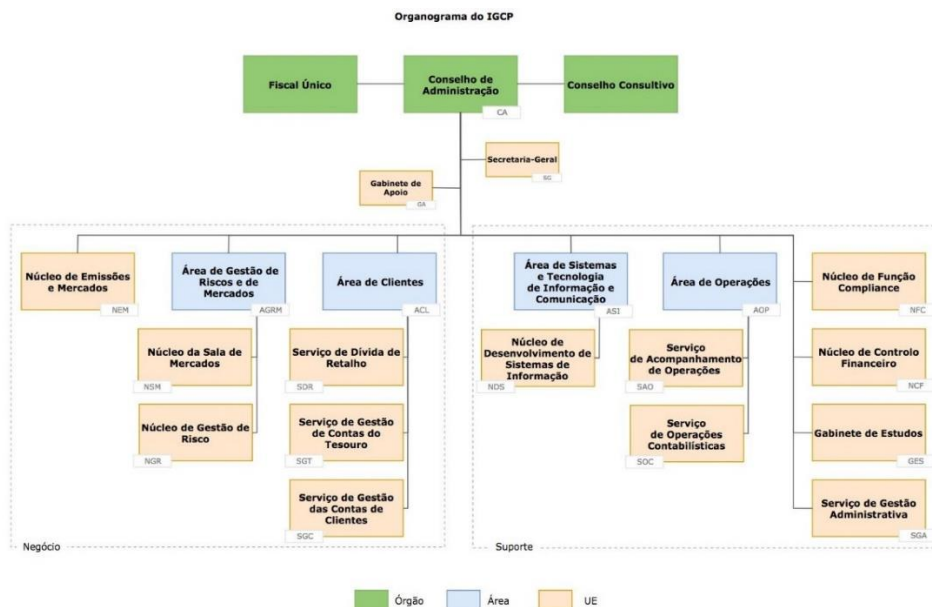
⁵ Despacho do Ministério das Finanças n.º 6492/2023, de 19 de maio.

⁶ Despacho da Secretaria de Estado do Tesouro n.º 337/2022-SET, de 23 de outubro.

Organograma

A organização do IGCP tem por base as principais áreas de negócio, os serviços de *middle* e *back-office*, e demais serviços de apoio à infraestrutura e à gestão, apresentadas na figura seguinte.

Figura 1 – Organograma do IGCP



A Agência tem designados: 1 responsável de proteção de dados (DPO) e 1 responsável pelo cumprimento normativo.

A 31 de agosto de 2023, a Agência contava com 89 trabalhadores efetivos de um total de 98 efetivos autorizados.

2. Estratégia de Médio Prazo (3 anos)

2.1. Enquadramento e contexto estratégico

Os objetivos gerais do IGCP têm sido norteados pelo aumento de eficácia no cumprimento da sua missão, de modo a assegurar:

- A gestão do financiamento do Estado, procurando garantir-se estabilidade no financiamento público e eficiência na gestão da carteira de dívida pública, com a preservação de níveis de liquidez adequados;
- A minimização do custo da dívida numa perspetiva intertemporal, de acordo com as estratégias de risco definidas pelo Governo;
- A gestão da tesouraria do Estado, procurando-se preservar e promover o princípio da unidade de tesouraria e o alargamento da sua rede de cobranças;
- A redução dos saldos de tesouraria para níveis de segurança mínimos aceitáveis, em função de um desiderato de diminuição da dívida em circulação e consequentemente redução dos encargos financeiros do Estado;
- A contribuição para o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- A gestão das carteiras de derivados financeiros das empresas públicas reclassificadas e emissão de pareceres sobre as operações de financiamento de entidades integrantes do setor público empresarial, com o objetivo de garantir uma gestão mais eficiente de recursos, reduzir os custos de intermediação e limitar a exposição a risco de crédito.

Adicionalmente aos objetivos da missão *core* do IGCP, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Elevar a experiência do cliente de retalho e dos clientes da administração pública sujeitos ou não ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, adaptando o nível de produtos e serviços às necessidades do mercado e fomentando a utilização dos canais eletrónicos indutores de qualidade, universalidade e economia de custos;
- Valorizar os processos e recursos da agência, com enfoque na modernização dos sistemas obsoletos, *compliance* com as normas e boas práticas do sistema financeiro, segurança, eficiência, eficácia e, de forma geral, com os objetivos da modernização administrativa e de sustentabilidade

2.2. Objetivos de Gestão

Para efeitos do n.º 6 do artigo 3.º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, constituem objetivos de gestão para o mandato 2022-2024⁷:

Objetivos	Indicadores	
Estratégicos	E1	Indicador de Eficiência Operacional
	E2	Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)
Setoriais	S1	Limite máximo do risco de refinanciamento a 1 ano
	S2	Limite máximo do risco de refinanciamento a 5 anos
	S3	Bid-to-cover (BTC) médio das emissões sindicadas de OT
	S4	Cash Buffer em % das necessidades de financiamento
	S5	Upgrade do rating da República Portuguesa ²
	S6	Transformação digital do IGCP
	S7	Grau de satisfação dos clientes Institucionais ³
	S8	Novos produtos de aforro

⁷ Submetidos a 20 de janeiro de 2023 e atualizados, nomeadamente com os dados reais de 2022, em 27 de julho de 2023. Em análise pela UTAM.

3. Plano de Atividades e Indicadores de Desempenho

3.1. Produtos e Serviços que se pretendem Disponibilizar ou Prestar

O plano plurianual de atividade de 2024 a 2026 mantem o enfoque na promoção da eficiência interna, a melhoria do serviço prestado aos clientes e o aumento da satisfação das partes interessadas, bem como nas seguintes atividades e projetos:

A. Dinamização dos investidores de retalho

Os produtos de aforro destinados ao retalho representam cerca de 16% do *stock* global da dívida direta do Estado e encontram-se disseminados por aproximadamente 1 milhão de Clientes particulares.

Os CTT são o principal parceiro do IGCP na comercialização dos produtos de aforro e operações relacionadas.

A plataforma eletrónica *Aforronet*, lançada em junho de 2007 permite a consulta da carteira de Certificados de Aforro e de Certificados do Tesouro, assim como a subscrição de produtos de aforro em comercialização e o resgate da carteira de Certificados do Tesouro e da carteira de Certificados de Aforro da Série E e F (títulos desmaterializados).

O IGCP dispõe ainda de um contrato de parceria com a Agência para a Modernização Administrativa, I.P. - AMA que permite a subscrição nas Lojas do Cidadão.

A importância histórica dos produtos de aforro na poupança das famílias, mas também a sua relevância enquanto fonte de financiamento da República, são vetores que importam considerar para a expansão da base de clientes, alargando a sua oferta e diversificando/alargando os canais de comercialização.

A dinamização dos produtos de retalho está condicionada (i) à alteração do enquadramento jurídico (desmaterialização das séries A a D) e (ii) à modernização do sistema de suporte informático de forma a permitir a configuração de novos produtos, a integração da rede de comercializadores, a rapidez e a qualidade das solicitações dos aforristas e o lançamento de novos canais eletrónicos (como uma *app* para *smartphones*).

B. Diversificação da base de investidores

No contexto atual dos mercados e para mitigar a redução dos programas de compras de ativos do Eurosistema para Portugal (PSPP e PEPP) torna-se obrigatória uma abordagem proactiva junto dos *Primary Dealers* e Agências de *Rating*, bem como junto da base de investidores nos instrumentos de dívida atuais.

Importa ainda alargar a base de investidores com procura em novos instrumentos de dívida como os *Green Bonds* e otimizar o recurso ao financiamento multilateral como fonte de financiamento da componente nacional dos projetos de investimento apoiados por programas da União Europeia (UE).

C. Revisão do regime da tesouraria do Estado

O Regime da Tesouraria do Estado (RTE) foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 191/1999, de 5 de junho, e mereceu revisões pela Lei do Orçamento de Estado de 2005, Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2010, Lei do Orçamento de Estado de 2011 e Decretos-Lei de Execução Orçamental de 2013 e de 2018.

Em janeiro de 2022 foi iniciado o projeto de gestão da tesouraria do Estado que visa o desenvolvimento de uma solução integrada de gestão central do Ministério das Finanças para a tesouraria, permitindo o registo tempestivo e eletrónico da receita não fiscal e a sua contabilização automática, a implementação de um novo modelo de controlo dos compromissos e um novo modelo de previsão de necessidades de tesouraria do Estado.

Este projeto tem como entidades responsáveis a UniLeo (principal), a Direção Geral do Orçamento (DGO), a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.(ESPAP) e o IGCP, prevê um investimento de 12,4 milhões de €, inscritos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), dentro da dimensão da Transformação Digital- TD, capítulo 17 - Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas, sob a referência TD-C17-i01 – Modernização e Simplificação da Gestão Financeira Pública.

A conclusão do projeto está estimada para dezembro de 2024.

D. Transformação digital

O desenvolvimento tecnológico e a valorização crescente da informação obrigam a uma necessidade permanente de adaptação das organizações à mudança, com objetivo de incorporar soluções mais eficientes ao serviço da gestão, gerando valor para as partes interessadas (*stakeholders*).

Para além de ganhos de eficiência, a adoção de ferramentas tecnológicas mais atuais e sofisticadas potencia a criação (ou alargamento) de indicadores de monitorização de desempenho das instituições, bem como a rapidez na prestação de contas, contribuindo para uma maior transparência e possibilidade de escrutínio pelas partes interessadas e pela sociedade em geral.

É com base nestes princípios que se dará início a um processo de transformação digital no IGCP, que deve ser entendido no sentido amplo de uma transformação cultural da empresa, adaptando a organização e a sua forma de trabalhar, analisando os riscos da mudança e sabendo mitigá-los.

Este projeto, de carácter estrutural e plurianual, envolverá, entre outros, a avaliação e revisão:

- a) dos processos, com vista à sua racionalização e automatização (desde a gestão documental ao estabelecimento de fluxos de trabalho exclusivamente eletrónicos e apoiados em sistemas de *business intelligence*);
- b) dos sistemas de informação (*software*), com vista à automatização dos processos;
- c) da arquitetura de *hardware* para melhorar o suporte dos sistemas de informação.

O sucesso desta transformação dependerá, também, da capacidade da organização em abraçar a mudança, o que exigirá um programa de formação no sentido da melhoria das competências digitais dos colaboradores do IGCP.

Em contrapartida, o investimento a levar a cabo terá como retorno:

- a) Para a agência:
 - i. aumentar a eficiência e eficácia dos processos internos e a melhoria da qualidade de serviço, com redução dos *Full Time Equivalent* - FTE;
 - ii. reduzir os riscos atuais de falência dos sistemas (nomeadamente em resultado de ciberataques) e da falta de recursos associados ao desenvolvimento de *patches* para os sistemas obsoletos;
 - iii. melhorar o atendimento a clientes, através da padronização e celeridade dos tempos de resposta com a respetiva diminuição de custos externos.
- b) Para o Estado Português, administrações públicas e Setor Empresarial do Estado:
 - i. aumentar a base de clientes de retalho e por conseguinte o financiamento do Estado;
 - ii. reduzir os custos de colocação e gestão da dívida de retalho;
 - iii. reduzir os custos de cobrança e dos serviços bancários;

3.2. Orçamento de exploração⁸

Declara-se que, em termos orçamentais, o orçamento do IGCP se encontra equilibrado para os anos de 2024-2026, apresentando-se nos quadros seguintes informação referente aos mapas orçamentais.

Tabela 1 – Receitas e despesas nos mapas orçamentais

(EUR)	2021 (executado)	2022 (executado)	2023 (Orçamento DGO 2023 Autorizado)	2024 (Orçamento submetido)	2025 previsão	2026 previsão
Receita, por classificação económica						
06.03.01 - Transferências correntes - Ministério das Finanças	26 791 500	29 500 000	35 500 000	39 000 000	40 170 000	41 375 100
07.02.99 - Vendas de Bens e Serviços	27 182 800	28 179 000	28 950 000	29 980 000	30 910 000	32 390 000
Total da Receita	53 974 300	57 679 000	64 450 000	68 980 000	71 080 000	73 765 100
Despesa, por classificação económica						
01 - Despesas com Pessoal	4 853 804	5 082 843	6 132 491	6 356 036	6 829 501	7 283 535
02 - Aquisição de Bens e Serviços (receita própria)	9 420 749	9 717 734	3 882 917	3 036 786	3 061 316	2 989 905
02 - Aquisição de Bens e Serviços (receitas gerais)	26 309 935	28 973 816	35 500 000	39 000 000	40 170 000	41 375 100
06 - Outras Despesas Correntes	3 028 790	3 565 582	2 799 020	3 871 808	3 987 962	4 107 601
07 - Aquisição de Bens de Capital	153 708	307 725	1 246 578	1 979 505	10 760 000	10 760 000
Total da Despesa	43 766 987	47 647 700	49 561 006	54 244 135	64 808 779	66 516 141

O IGCP tem um orçamento consubstanciado em receitas próprias, sendo a mais relevante a comissão de gestão anual prevista da alínea a) do número 1 do artigo 26.º dos respetivos estatutos, cujo valor previsional para 2024 será de 29,98 milhões de €, que corresponde no mínimo a 1 ‰ do *stock* da dívida pública.

O IGCP recebe ainda transferências (receitas gerais) provenientes do Capítulo 60 – Despesas Excepcionais, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, destinadas ao pagamento dos serviços prestados pelas entidades colaboradoras na Rede de Cobranças do Estado e Caixas do Tesouro.

Com referência a 2023, cabe informar que foi autorizado, até á data, o reforço do orçamento⁹ através da aprovação de um crédito especial no montante de 1.801.185 €, tendo por origem receitas cobradas em 2023, para a aplicação total nas classificações orçamentais afetas a outros serviços de comunicações, assistência técnica – software, outros trabalhos especializados – pagamentos eSPap e patrocínio judiciário, outros serviços e *software* outros.

3.1. Gastos e réditos associados a novas atividades

Não aplicável.

3.2. Contingências

Não aplicável.

⁸ Declaração de conformidade, nos termos do Despacho nº 172/14-SET, de 31 de janeiro (anexo 2).

⁹ Despacho da Secretaria de Estado da Finanças nº 79/2023-SEFin, de 8 de maio.

3.3. Eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de materialidade¹⁰

O projeto de Transformação Digital pressupõe, pela sua complexidade e âmbito, um conjunto de iniciativas preparatórias – contratação de serviços de terceiros - cujo tratamento contabilístico é incerto porquanto os gastos com o desenho e desenvolvimento do projeto bem como a contratação da sua implementação poderão ter um tratamento como investimento (vs. gasto) na medida em que os seus impactos se traduzem num aumento de receita plurianual para além do exercício.

De acordo com as conversações com a Agência da Modernização Administrativa e com o Tribunal de Contas, recomenda-se que os trabalhos associados à implementação do projeto sejam contratados recorrendo à abordagem de “diálogo concorrencial” previsto no art.º 29º do Código dos Contratos Público (conforme alterado e em vigor desde 2 de dezembro de 2022), devido à complexidade e duração do período de contratação.

As verbas associadas a este projeto estão incluídas no orçamento de investimento plurianual deste documento, com reduzida expressão em 2024 – ano do procedimento de contratação sob o regime de diálogo concorrencial – e grande expressão em 2025 e 2026 – anos de implementação.

3.4. Conjunto de gastos, projetos e investimentos enquadráveis no Plano de Recuperação e Resiliência

Os impactos antecipados do projeto de Transformação Digital são enquadráveis no Plano de Recuperação e Resiliência ou no programa Portugal 2030, uma vez que se traduzem na desburocratização e digitalização da Administração Pública, com o propósito de a tornar mais eficiente, facilitar a vida dos cidadãos e a atividade das empresas, e contribuem também para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo, tornando a Europa mais ecológica, mais digital e mais resiliente.

Apesar da proposta de autofinanciamento do projeto de transformação Digital, poder-se-á identificar futuras oportunidades de afetar ou candidatar este projeto aos programas referidos.

3.5. Eficiência operacional

A medição da eficiência da estrutura dos gastos operacionais do IGCP é estabelecida através de um indicador que relaciona as principais atividades desenvolvidas pela Agência, nas suas várias vertentes (emissão de dívida transacionável, dívida de retalho e gestão global da tesouraria do Estado), com os gastos operacionais.

Para o período em análise, estimam-se os seguintes volumes de atividade e quantificação do indicador de eficiência calculados nos termos do Despacho n.º 1245/2017 do Secretário de Estado Adjunto e Finanças de 29 de novembro:

¹⁰ Tabela 6 infra.

Tabela 2 – Indicador de eficiência de gastos operacionais

Indicador Eficiência Operacional	2026	2025	2024	2023	2022	2021	Padronização			
	Prev.	Prev.	Prev.	Est.	Exec.	Exec.	média		desvio	
							2022	2024	2022	2024
(1) nº de operações de dívida transacionável	43	43	42	37	38	36	40,67		2,62	
(2) nº de operações de dívida de retalho	965 119	925 846	886 360	843 520	557 839	474 237	885 242		33 619	
(3) nº de transações de <i>Homebanking</i> e SGT	440 500	422 575	404 553	385 000	356 125	332 634	404 043		15 344	
(4) nº de contas de <i>Homebanking</i> e SGT	6 753	6 556	6 365	5 000	3 635	3 538	5 974		693	
Dados Padronizados										
(5) nº de operações de dívida institucional	0,89	0,89	0,51	-0,93						
(6) nº de operações de dívida de retalho	2,38	1,21	0,03	0,56						
(7) nº de transações de <i>Homebanking</i> e SGT	2,38	1,21	0,03	0,16						
(8) nº de contas de <i>Homebanking</i> e SGT	1,12	0,84	0,56	0,00						
(9) Total (5+6+7+8)	6,77	4,15	1,14	-0,21						
(10) Indicador = 15 + (9)	21,77	19,15	16,14	14,79	15,08	13,38				
(11) Gastos Operacionais (gastos operacionais corrigidos da receita de serviços prestados)	10 229,88	9 859,68	9 522,18	8 920,37	6 846,76	6 386,01				
(12) Indicador Eficiência Operacional (11 / 10)	470,00	515,00	590,00	603,32	453,98	477,29				

Verifica-se uma melhoria anual do indicador face ao ano de referência de 2023, nos termos dos IPG.

Nota: a deterioração do indicador verificada em 2023 resulta do tratamento dos gastos associados com o projeto de transformação digital como despesas correntes (vs. despesas de capital). Os valores estimados encontram-se conformes com os Despachos n.º 47/2023-SEFin de 20 de março e n.º 79/2023-SEFin, de 8 de maio.

3.6. Otimização de Gastos

Em 2024 prevê-se a seguinte evolução dos Gastos Operacionais, consolidando a redução do seu peso no Volume de Negócios, de 98,4% em 2021, 91,7% em 2022 e (estimado) 90,7% em 2023, para 88,6% em 2024:

Tabela 3 – Otimização de Gastos Operacionais

PRC	2024 Prev.	2023 Estim.	2022 Exec.	2021 Exec.	2024/2023	
					Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC						
(2) FSE	45 949 688	44 906 589	40 144 822	37 532 029	1 043 099	2,3%
(3) Gastos com o pessoal	6 444 300	5 615 674	5 063 108	4 898 463	828 626	14,8%
(4) Impactos decorrentes de fatores excecionais	0	123 922	223 419	0	-123 922	-100,0%
(5) Gastos operacionais para efeitos de comparabilidade da eficiência operacional = (1) + (2) + (3) - (4)	52 393 988	50 398 341	44 984 512	42 430 492	1 995 647	4,0%
(6) Volume de negócios (VN)	20 105 699	20 095 384	20 092 284	16 830 652	10 315	0,1%
(7) Indemnizações Compensatórias (conforme Contrato Serv. Público)	39 000 000	35 500 000	28 973 816	26 309 935	3 500 000	9,9%
(8) Impacto na receita decorrente de fatores excecionais	0	0	0	0	0	
(9) Volume de negócios para efeitos de comparabilidade (6+7-8)	59 105 699	55 595 384	49 066 100	43 140 587	3 510 315	6,3%
(10) Peso dos Gastos / VN = (5) / (9)	88,6%	90,7%	91,7%	98,4%	56,9%	-2,2%
(10bis) Indicador Eficiência Operacional (autorizado pela tutela)	590,00	603,32	453,98	477,29	149,3	32,9%
					Fonte: Relatório Atividade 2021	
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento	60 280	69 902	51 961	3 073	-9 622	-13,8%
(ii) Gastos com Ajudas de Custo	39 344	34 295	8 497	205	5 049	14,7%
(iii) Gastos associados à frota automóvel	38 697	18 382	26 571	31 323	20 315	110,5%
(iv) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	7 481	5 575	1 224	5 233	1 906	34,2%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	145 802	128 154	88 253	39 834	17 647,5	13,8%

O total dos Gastos Operacionais orçamentados para 2024 – no total de 52.394 mil € - apresentam um acréscimo nominal de 4,0% e de 1,1% em termos reais face ao valor estimado para 2023 – 50.398 mil €.

Os Gastos Operacionais cujo orçamento é superior ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido com a taxa de inflação prevista, são os seguintes:

1. FSE:

O valor total orçamentado para os FSE representa um acréscimo de 2,3% em termos nominais e uma redução de 0,6% em termos reais, em cumprimento com as disposições das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2024-2026.

Em termos desagregados, relevam-se as seguintes rubricas que apresentam variações reais positivas:

- a) despesas com a frota automóvel - de 18.382 € em 2023 para 38.697 €: são sustentadas pela autorização dada de redução e renovação de frota¹¹;
- b) despesas com ajudas de custo – de 34.295 € em 2023 para 39.344 € em 2024: são sustentadas pela necessidade de diversificar as fontes de financiamento da dívida pública respondendo às alterações da política monetária do BCE;
- c) despesas com trabalhos especializados – pagamentos à eSPap – de 104.501 € em 2023 para 114.636 € em 2024: resultante da uniformização da gestão de ambientes tecnológicos para o desenvolvimento aplicacional de sistemas do IGCP residentes na eSPap;

2. Pessoal:

O aumento real com os Gastos com Pessoal, deve-se essencialmente aos seguintes efeitos (conforme melhor detalhado no ponto 5.2 em baixo):

- a) Aumento geral dos vencimentos de 4,5% nos termos dos Despachos Conjuntos do SE Finanças e do SE Tesouro de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023 em concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos (e cuja variação real dependerá nas negociações de contratação coletiva entre o sistema bancário e os sindicatos, que deverão ter por base o valor da inflação verificado em 2023);
- b) Aumento do número médio de colaboradores, em virtude do anteriormente autorizado, de 91,0 em 2023 para 98,5 em 2024;
- c) Aumento do orçamento para prémios de 60.000 € para 90.000 €, correspondentes a 1,5% do orçamento de Gastos com Pessoal;

Importa referir que este aumento do orçamento de prémios está condicionado, na sua execução, ao limite imposto pelos referidos Despachos Conjuntos e pelo o que venha a ser estabelecido no DLEO e justifica-se:

- i. pela melhoria dos Resultados Líquidos da Agência de 3.482 mil € em 2022 para 4.619 mil € em 2023;
- ii. como ferramenta fundamental de boa gestão num contexto de particular exigência sobre o pessoal fruto do projeto de transformação digital.

Com base no exposto, requer-se a autorização para o acréscimo real dos gastos operacionais.

¹¹ Despachos do Secretario de Estado do Tesouro nº 285/2022-SET de 19 de setembro e n.º 398/2022-SET de 21 de novembro.

3.7. Recrutamento (novo)

Fundamentação

O Projeto de transformação Digital do IGCP constitui um dos objetivos setoriais do contrato de gestão para o mandato 2022-2024. Os resultados económicos do custo benefício estão quantificados no ponto 9 deste documento.

As fases 1 e 2 deste projeto obrigam à constituição de uma equipa de gestão de projeto por parte da agência, que pode ser internalizada ou externalizada, mas cujos custos estão incluídos no orçamento do projeto.

Adicionalmente, no quadro da otimização de gastos, o IGCP abandonará as suas atuais instalações e mudar-se-á para o edifício transferido da CGD para o Estado na Av. João XXI. Esta mudança implicará a transferência do *Data Center* num projeto com uma duração estimada de 6 meses.

Por último, o IGCP tem sido objeto de um número crescente de obrigações legais e regulatórias, a nível nacional e europeu, às quais tem de dar resposta em prazo e qualidade.

Assim, entende-se que a gestão dos impactos significativos na transformação de um elevado número de sistemas de informação de suporte a Clientes, Controlo Interno, Transações Bancárias e Tratamento de Informação, bem como a da mudança do *Data Center*, obriga ao reforço da equipa de Sistemas de Informação em 1 quadro.

O aumento do quadro em 1 trabalhador qualificado em sistemas de informação – com um custo anualizado estimado de 60 mil € - obvia a contratação de 1 FTE durante a vida do projeto de transformação digital – estimado a 480 mil €, de acordo com os *rates* atuais de mercado – e contribui, no âmbito do projeto de transformação digital, para a redução do número de efetivos do IGCP aquando da conclusão do projeto.

Assim, considera-se que o reforço do quadro de pessoal do IGCP se opera apenas temporariamente (4 anos), e permite otimizar a utilização dos recursos humanos em termos de produtividade e a melhoria do rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores.

Este trabalhador incorporará a estrutura orgânica da Área de Sistemas de Informação, reportando diretamente ao Coordenador da área.

Análise custo benefício

Benefícios:

- Transformação Digital (ver ponto 9) e redução do custo de um FTE externo (incluído na quantificação do projeto de investimento).
- Cumprimento das obrigações do Regulador – Banco Central, obviando a aplicação de multas.
- Cumprimento das obrigações de cibersegurança – Plano Nacional de Cibersegurança e Proteção de Dados, obviando a aplicação de contraordenações que podem, nos termos da lei, serem punidas com coimas até 2% do volume de negócios da agência, i.e. c. 1 milhão de €.
- Evolução do Resultado Líquido por trabalhador:

Tabela 4 – Evolução dos Resultados Líquidos por Trabalhador

	2022	2023	2024	2025	2026
(1) Resultado Líquido	3 482 567 €	4 619 451 €	5 782 378 €	6 053 859 €	6 325 340 €
(2) N.º Médio Trabalhador	88	91	99	99	99
RL/Trabalhador (1/2)	39 575 €	50 763 €	58 704 €	61 150 €	63 892 €

Custos do recrutamento novo:

- a) Impacto dos encargos no ano de contratação (2024) e no respetivo triénio (2024-2026)
 2024: 45.500 €; triénio 2024-2026: 167.000 €.
- b) Dotação orçamental para despesas com pessoal
 Incluído no valor de gastos com pessoal (ver ponto 5.2 em baixo).
- c) Imprescindibilidade do recrutamento tendo em vista a prossecução das atribuições e o cumprimento das obrigações de serviço público da respetiva entidade
 Ver fundamentação acima.
- d) Plano plurianual de saídas de trabalhadores por motivos
 - i. Média etária da empresa
 - ii. N.º de trabalhadores por grupo profissional, com idade igual ou superior a 60 anos de idade e com idade de acesso a pensão de reforma/aposentação.

Ver tabela no Anexo 3.

Desde já o IGCP se compromete ao:

- e) Cumprimento, atempado e integral, dos deveres de informação e reporte, incluindo os previstos na Lei n.º 104/2019, de 6 setembro, bem como das demais obrigações previstas na lei ou determinadas pelo acionista Estado;
- f) Cumprimento dos demais requisitos legais aplicáveis.

Com base no exposto, requer-se a autorização para o aumento do número de trabalhadores efetivos de 98 para 99.

3.8. Recrutamento aprovados no PAO anterior (em curso)

Estão a decorrer os seguintes processos de seleção e recrutamento, objeto de aprovação no PAO anterior que se espera estar concluída até 31/12/2023 ou, o mais tardar, nos 6 meses após o exercício económico de 2023:

Tabela 5 – Impacto orçamental dos recrutamentos no ano de recrutamento e anualizado

valores 2023	Vencimento Mensal	Vencimento Anual	Gastos Pessoal Anualizado
art.º 132º - Substituição	9 977,61	139 686,51	183 483,43
2022			
AGRM/NSM - Coord/Técnico	3 821,28	53 497,96	68 859,07
NCF - Técnico	1 946,45	27 250,28	36 377,56
NSM - Técnico	2 612,50	36 575,00	47 916,91
2023			
SAO - Técnico	1 597,38	22 363,27	30 329,89
n.º 1 a 3 do art.º 131º - Contratação Nova prevista no PAO	8 401,80	117 625,20	153 527,22
ASI - Técnico Cibersegurança	3 782,90	52 960,60	68 194,09
NDS - Técnico (desenvolvimento app)	2 633,40	36 867,60	48 279,00
NFC - Compliance	1 985,50	27 797,00	37 054,13

3.9. Frota automóvel

Em 2024 prevê-se o aumento das despesas com os contratos de Aluguer Operacional de Veículos (AOV) como consequência da reestruturação autorizada¹² da frota automóvel e a redução dos encargos com manutenção e com combustíveis.

A composição da frota automóvel no final de 2023 é a seguinte:

- 1 (uma) viatura elétrica afeta ao Presidente do Conselho de Administração;
- 2 (duas) viaturas híbridas afetas aos vogais do Conselho de Administração;
- 1 (uma) viatura elétricas afetas ao expediente geral;
- 1 (uma) viatura a gasolina afeta ao coordenador da área de clientes¹³;

Tabela 6 – Evolução da Frota automóvel

Frota	2024	2023	2022
Própria			
- Comb. Fósseis			5
- Híbridos			0
- Elétricos			
AOV			
- Comb. Fósseis	1	1	1
- Híbridos	2	2	
- Elétricos	2	2	1
Total	5	5	7

Nota: Uma das viaturas em AOV foi considerada como perda total pela seguradora na consequência de um acidente cuja culpa não foi imputada à agência. Embora o seu contrato permanecesse em vigor até novembro de 2024, a seguradora obriga à celebração de um novo contrato porque o anterior tinha uma idade de 11 anos. Assim, a substituição da viatura objeto de contrato tem que se operar por um novo contrato que se espera celebrar até ao fim de 2023. Na circunstância em que a viatura não consiga ser entregue em 2023, desde já se requer autorização para a celebração do novo contrato AOV em substituição do anterior (com os encargos atuais de 380,20 €, incluindo IVA).

Tabela 7 – Gastos com a frota automóvel

Gestão da Frota Automóvel	2024 (previsão)	2023 (estimativa)	2022 (real)	2021 (real)	Variação 2024/2023		Variação 2024/2022	
					Valor	%	Valor	%
Gastos com a Frota Automóvel								
Contratos de AOV	32 937	9 328	12 548	16 582	23 609	253%	20 389	162%
Seguros	0	0	513	513	0	-	-513	-100%
Manutenção/Reparação	0	2 419	6101	8912	-2 419	-100%	-6 101	-100%
Inspeções	0	111	127	126	-111	-100%	-127	-100%
Combustível/Portagens	5760	6524	7282	5190	-764	-12%	-1 522	-21%
IUC	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de veículos	5	5	6	7	0	-	-1	-17%

¹² Despachos da Secretaria de Estado do Tesouro nº 285/2022-SET de 19 de setembro e n.º 398/2022-SET de 21 de novembro.

¹³ O contrato de AOV desta viatura encontra-se em fase de substituição uma vez que a viatura objeto do contrato anterior sofreu um acidente com perda total.

3.10. Conformidade com a proposta apresentada para o Orçamento de Estado para 2024

O Plano de Atividades e Orçamento 2024 do IGCP segue as linhas orientadoras das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e orçamento bem como com a proposta apresentada a 18 de agosto de 2023 à Direção Geral do Orçamento para efeitos da preparação da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2024.

Declaração em anexo¹⁴.

¹⁴ Ver Anexo 9.

4. Plano de Investimentos

Tabela 8 - Investimento

(EUR)	2021 (real)	2022 (real)	2023 (estimativa)	2024 (previsão)	2025 (previsão)	2026 (previsão)
Orçamento de funcionamento						
Investimentos						
Edifícios						
Hardware	43 021	49 288	309 211	437 960	500 000	500 000
Software	85 232	212 064	874 258	531 545	750 000	750 000
Equipamento Administrativo	25 455	564	2 290	10 000	10 000	10 000
Total funcionamento	153 708	261 916	1 185 759	979 505	1 260 000	1 260 000
Orçamento de investimento						
Comparticipação nacional						
Outros trabalho espec - Pat Judiciário				61 500		
Outros serviços				430 500		
Publicidade						
Hardware						
Software				1 000 000	9 500 000	9 500 000
Comparticipação comunitária						
Recursos Humanos						
Estudos Projetos e Pareceres	9 056		28 164			
Publicidade						
Hardware						
Software						
Total investimento	9 056	0	28 164	1 492 000	9 500 000	9 500 000
Total	162 764	261 916	1 213 923	2 471 505	10 760 000	10 760 000

Plano de investimento em curso

Upgrade tecnológico do Sistema de Produtos Aforro (SPA), Sistema de Gestão de Contas do Tesouro (SGT) e Sistemas de Cobrança do Estado (SCE) de forma a dar suporte às obrigações legais e regulatórias da Agência: 233.700 € (obviando situações de incumprimento e multas/contraordenações pelas entidades regulatórias).

Sistema de Filtragem dos Clientes de Retalho, que permite identificar as Pessoas Politicamente Expostas (PEP) e as Sancionadas de forma a dar cumprimento à legislação em matéria de branqueamento de capitais: 67.000 € (obviando situações de incumprimento e multas/contraordenações aplicadas pelas entidades fiscalizadoras).

Automatização de vários processos afetos à Área de Clientes atualmente realizados de forma manual: 156.000 €, com benefício no aumento de rigor, qualidade, harmonização e eficiência e na redução do tempo de tratamento dos processos administrativos (obviando custos associados com erros humanos e pressão para a contratação de trabalho temporário).

Sistema integrado e em camadas para proteção e monitorização contínua em tempo real e análise de dados de operações cibernéticas: 18.450 € (em linha com o cumprimento do Plano Nacional para a Cibersegurança).

Projeto de Transformação Digital (iniciado em 2023 e com prazo de execução até 2026). Valor estimado de realização em 2024: 1,492 milhão de €.

O Investimento será completamente autofinanciado sem recurso a aumento de capital, indemnizações compensatórias, subsídios a outras operações ou financiamento externo.

5. Recursos humanos

5.1. Caracterização geral

Os trabalhadores ao serviço do IGCP estão integrados nas seguintes carreiras:

- Carreira técnica;
- Carreira técnico-administrativa;
- Carreira auxiliar.

Estima-se que o número de colaboradores efetivos a desempenhar funções no IGCP a 31/12/2023 seja de 98 trabalhadores e 3 membros do Conselho de Administração.

Pretende-se em 2024, conforme justificado no ponto 3.7 acima, a contratação de um novo trabalhador.

Antecipa-se em 2024, a saída de 2 trabalhadores por aposentação e a contratação de igual número ainda em 2024 ou no início de 2025.

Tabela 9 – Número de efetivos por função

Ano	Número de efetivos c)	Conselho de Administração	Coordenadores	Empregados
2015	95	3	15	80
2016	92	3	15	77
2017	93	3	15	78
2018	95	2	17	78
2019	94	3	16	78
2020	92	3	16	76
2021	93	3	16	77
2022	90	3	14	76
2023 a)	98	3	17	81
2024 b)	99	3	17	82

a) valores estimados

b) valores previsionais

c) não inclui Conselho de Administração

Em termos de distribuição por género, cerca de dois terços dos efetivos do IGCP são mulheres.

Tabela 10 – Número de efetivos por género

Anos	Homens	Mulheres
2017	36	57
2018	36	59
2019	35	59
2020	36	56
2021	34	59
2022	31	59

5.2. Gastos com pessoal

Evolução do número de trabalhadores:

No PAO de 2023 foi autorizado que o número de colaboradores do IGCP ascendesse a 98¹⁵. Estima-se que em 2024 sejam contratados os seguintes trabalhadores:

- (substituição) 1 Coordenador para a Área de Clientes, face à necessidade de substituição do atual que atinge a idade limite para o trabalho em 2024;
- (substituição) 1 Administrativo para o Serviço de Gestão Administrativo, face à necessidade de substituição de 1 trabalhador cuja reforma se prevê em 2024.
- (novo) 1 Técnico para a Área de Sistemas e Tecnologia de Informação e Comunicação (ASI) nos termos da fundamentação apresentada no ponto 3.7 (em cima);

Tabela 11 – Movimentação de pessoal 2024

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal 2024					Situação a 31/12/2024
			Saídas esperadas (reformas + outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade, cedência, licença	Autorizações recrutamento concedidas anos anteriores	Substituições de saídas (obriga a entrada para a base da carreira)	Entradas ao abrigo do art. 142º do DEO	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)-(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	
Órgãos sociais	3	3					3	
Cargos de direção (s/OS)	14	17	1			1	17	
Técnicos	52	57					58	
Administrativos	22	22	1			1	22	
Auxiliares	2	2					2	
Total	93	101	2	0	0	2	102	

Evolução dos Gastos com Pessoal:

i. Valorizações remuneratórias:

Aumento dos vencimentos em 4,5%, quantificado num acréscimo de gastos de 272 mil €.

O valor final das valorizações remuneratórias será o resultante da revisão em sede de contratação coletiva - Acordo Coletivo de Trabalho/setor bancário (ACT)¹⁶ ao qual o IGCP aderiu em março de 2017– e da extensão dessa mesma valorização aos elementos remuneratórios constantes dos regulamentos internos do IGCP¹⁷.

ii. Promoções e Prémios em 2024:

Em 2024, pretende-se, em função da evolução dos Resultados Líquidos da Agência e das avaliações de desempenho do pessoal, atribuir um valor para promoções de 75.000 € (inc. contribuição para a segurança social, com efeitos a 1 de maio de 2024) e um acréscimo de valor para prémios de 30.000 €.

Em termos combinado, o aumento das valorizações remuneratórias e promoções, representa 347 mil €, <6.1% da Massa Salarial (sem Órgãos Sociais) anualizada dos 98 trabalhadores a 31/12/2023.

¹⁵ Despacho da Secretaria de Estado das Finanças n.º 47/2023 – SEFin de 20 de março.

¹⁶ ACT publicado no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), nº 29, de 8 de agosto de 2016.

¹⁷ Instruções de reposição salarial previstas no Acordo a Médio Prazo celebrado a 9 de outubro de 2022 e no Despacho conjunto da Secretaria de Estado das Finanças e da Secretaria de Estado do Tesouro de 15 de dezembro de 2022.

iii. Variação do número de trabalhadores:

O valor dos Gastos com Pessoal com o pessoal recrutado em 2023 estima-se a 224 mil €, e corresponderá a um valor de Gastos com Pessoal em 2024, de 602 mil €;

O pessoal que saiu em 2023 representa uma poupança de 33 mil €;

O valor da pessoa que se pretende recrutar adicionalmente em 2024, estima-se a 46 mil €.

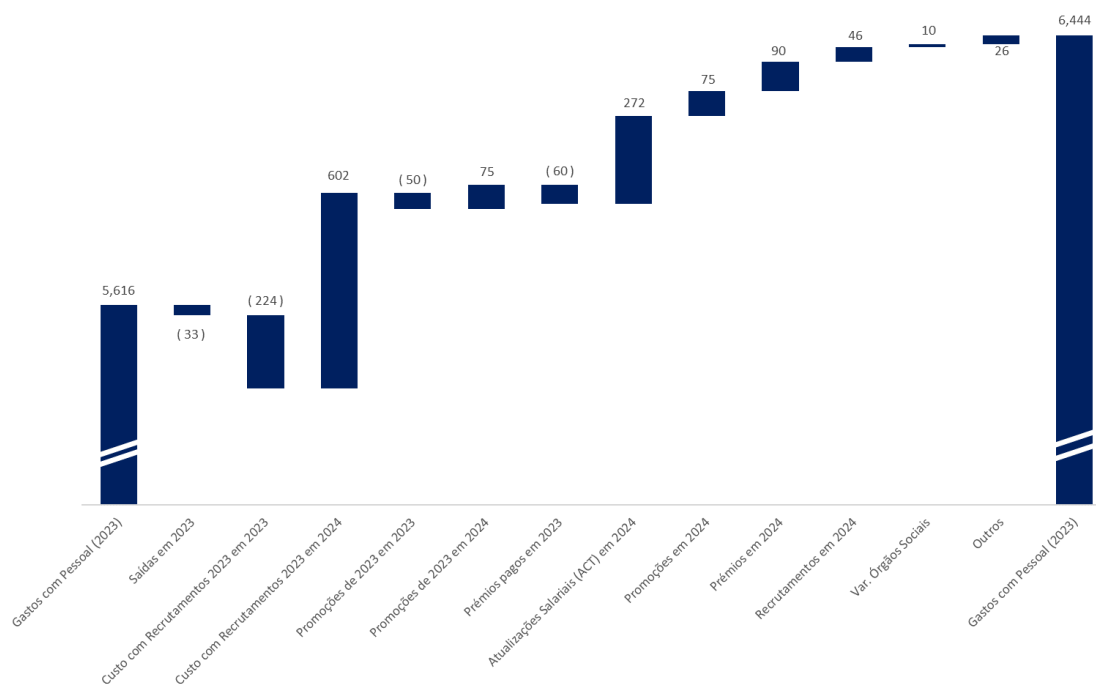
iv. Impacto das promoções realizadas em 2023 em 2024:

O valor das promoções efetuadas em 2023 (com efeitos a 1 de maio), no valor de 50 mil €, corresponderá a 75 mil € em 2024.

v. Outros impactos:

- Variação da remuneração dos Órgãos Sociais: acréscimo de 10 mil €;
- Outros gastos onde se inclui os efeitos da especialização e do absentismo: acréscimo de 26 mil €.

Figura 2 – Evolução dos gastos com pessoal de 2023 para 2024



Detalhe do custo com Pessoal por função:

Tabela 12 – Custos com pessoal por função

PESSOAL	2022	2023	2023	2024	2025	2026	Δ (2024-2023)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Nº Total de Trabalhadores	93	101	101	102	102	107	1	1%
Nº Membros dos órgãos sociais	3	3	3	3	3	8	0	0%
Nº Membros de cargos de direção	14	17	17	17	17	17	0	0%
Nº dos restantes trabalhadores	76	81	81	82	82	82	1	1%
Gastos Totais com pessoal*	5 063 109	5 615 675	5 615 675	6 444 300	6 799 870	7 246 330	828 625	15%
Gastos com órgãos sociais **	468 172	594 108	505 441	515 229	531 358	544 027	9 789	2%
Gastos com cargos de direção	1 304 640	1 487 552	1 263 508	1 488 716	1 525 933	1 564 082	225 208	18%
Remuneração do pessoal	3 281 800	3 436 349	3 812 431	4 401 011	4 701 268	5 094 844	588 580	15%
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajudas de custo	8 497	40 000	34 295	39 344	41 311	43 377	5 049	15%
Rescisões/indeminizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Restantes encargos	-	57 666	-	-	-	-	-	-
Informação adicional								
(i) Gastos com as contratações autorizadas ou previstas em 2023			248 648	704 108	721 711	739 753	455 460	183%
(ii) Gastos com as contratações previstas em anos subsequentes								
(iii) Cumprimentos de disposições legais								
(iv) Orientações expressas do acionista Estado								
(v) Valorizações remuneratórias obrigatórias								
(vi) Outras valorizações remuneratórias	28 400	50 000	50 000					
(vii) Rescisões por mútuo acordo								
Correcções para efeitos de rácio								
(-) Gastos com órgãos sociais	-468 172	-594 108	-505 441	-515 229	-531 358	-544 027	-9 789	-2%
(-) Cumprimento de disposições legais								
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias								
(-) Rescisões contratuais excluindo por mútuo acordo								
(+) Absentismo								
Gastos com pessoal ajustados para efeitos de rácio	4 594 937	5 021 567	5 110 234	5 929 071	6 268 512	6 702 303	818 836	16%
* O detalhe dos gastos com pessoal deve ser preenchido com os respetivos encargos com a Segurança Social								
** Sobre a remuneração dos gestores incide a redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.								
Gastos com pessoal / Gastos com pessoal ajustados	71%	68%	75%	74%	75%	76%	0	-1%
Gastos com dirigentes / Gastos com pessoal ajustados	28%	30%	25%	25%	24%	23%	0	2%
Gastos com OS / Gastos com pessoal ajustados	10%	12%	10%	9%	8%	8%	0	-12%

6. Informação Financeira

6.1. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras evidenciam os dados de 2022 a 2026. Os dados de 2022 são efetivos, a informação referente a 2023 é estimada e para o período de 2024 a 2026 é previsional.

Tabela 13 – Balanço

(EUR)	2022	2023		2024	2025	2026
	(executado)	(previsto PAO 2023)	(estimativa)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
ATIVO						
Ativo não Corrente						
Ativos fixos tangíveis	325 964	382 575	473 528	593 151	809 458	1 039 018
Propriedades de investimento						
Ativos intangíveis	1 401 436	1 899 483	2 046 780	2 977 330	12 697 098	22 464 641
Ativos biológicos						
Participações financeiras						
Deved por emprést bonificados e sub reembols						
Acionistas/sócios/associados						
Diferimentos						
Outros activos financeiros						
Ativos por impostos diferidos						
	1 727 400	2 282 058	2 520 308	3 570 481	13 506 555	23 503 659
Ativo corrente						
Inventários						
Ativos biológicos						
Deved por transferências e sub não reembolsáveis						
Deved por empréstimos bonif e sub reembolsáveis						
Cientes, contribuintes e utentes						
Estado e outros entes públicos	90 888					
Acionistas/sócios/associados						
Outras contas a receber	589 592		674 249	679 624	700 012	721 013
Diferimentos	453 159		453 159	453 159	453 159	453 159
Ativos financeiros detidos para negociação						
Outros ativos financeiros	30 613 575					
Ativos não correntes detidos para venda						
Caixa e depósitos	3 165 925	37 995 834	37 661 910	42 523 474	38 610 120	34 894 807
	34 913 139	37 995 834	38 789 317	43 656 256	39 763 291	36 068 979
Total do ativo	36 640 539	40 277 892	41 309 625	47 226 737	53 269 846	59 572 637
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
Património/Capital	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
Ações (quotas) próprias						
Outros instrumentos de capital próprio						
Prémios de emissão						
Reservas	81 948	81 948	81 948	81 948	81 948	81 948
Resultados transitados	30 246 344	33 505 470	33 728 911	38 348 362	44 130 740	50 184 599
Ajustamentos em activos financeiros	1 269	1 269	1 269	1 269	1 269	1 269
Excedentes de revalorização						
Outras variações no património líquido						
Resultado líquido do período	3 482 567	4 607 602	4 619 451	5 782 378	6 053 859	6 325 340
Dividendos antecipados						
Interesses que não controlam						
Total do património líquido	33 862 127	38 246 288	38 481 578	44 263 956	50 317 815	56 643 155
PASSIVO						
Passivo não corrente						
Provisões						
Financiamentos obtidos						
Fornecedores de investimentos						
Responsabilidades por benefícios pós-emprego						
Diferimentos						
Passivos por impostos diferidos						
Outras contas a pagar						
Passivo corrente						
Cred por transf e sub não reemb concedidos						
Fornecedores						
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes						
Estado e outros entes públicos	114 391					
Acionistas/sócios/associados						
Financiamentos obtidos						
Fornecedores de investimentos						
Outras contas a pagar	2 664 021	2 031 604	2 828 046	2 962 780	2 952 031	2 929 481
Diferimentos						
Passivos financeiros detidos para negociação						
Outros passivos financeiros						
	2 778 412	2 031 604	2 828 046	2 962 780	2 952 031	2 929 481
Total do passivo	2 778 412	2 031 604	2 828 046	2 962 780	2 952 031	2 929 481
Total do património líquido e do passivo	36 640 539	40 277 892	41 309 625	47 226 737	53 269 846	59 572 637

Tabela 14 – Demonstração de resultados por naturezas

(EUR)	2022	2023		2024	2025	2026
	(executado)	(previsto PAO 2023)	(estimativa)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
Rendimentos e Gastos						
Impostos, contribuições e taxas						
Vendas						
Prestações de serviços e concessões	20 092 284	18 236 832	20 095 384	20 105 699	20 725 425	21 425 727
Transferências e subsídios Correntes obtidos	28 973 816	35 500 000	35 500 000	39 000 000	40 170 000	41 375 100
Variações nos inventário da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e consumidas						
Fornecimentos e serviços externos	-40 144 822	-42 632 894	-44 906 589	-45 949 688	-47 217 772	-48 466 261
Gastos com pessoal	-5 063 108	-5 615 674	-5 615 674	-6 444 300	-6 799 870	-7 246 330
Transferências e subsídios concedidos						
Prestações sociais						
Impariedade de inventários (perdas e reversões)						
Impariedade de dívidas a receber (perdas e reversões)						
Provisões (aumentos e reduções)						
Impariedade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos e ganhos						
Outros gastos e perdas	-646					
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamentos	3 857 523	5 488 264	5 073 121	6 711 711	6 877 783	7 088 236
Gastos de depreciação e amortização	-374 956	-880 661	-453 670	-929 333	-823 924	-762 896
Impariedade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 482 567	4 607 602	4 619 451	5 782 378	6 053 859	6 325 340
Juros e rendimentos similares obtidos						
juros e gastos similares suportados						
Resultado antes de impostos	3 482 567	4 607 602	4 619 451	5 782 378	6 053 859	6 325 340
Imposto sobre o rendimento						
Resultado líquido do período	3 482 567	4 607 602	4 619 451	5 782 378	6 053 859	6 325 340

Tabela 15 – Fluxos de caixa por naturezas

(EUR)	2022	2023		2024	2025	2026
	(executado)	(previsto PAO 2023)	(estimativa)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Recebimentos de clientes	11 370 966					
Recebimentos de contribuintes						
Recebimentos de utentes						
Pagamentos a fornecedores	-42 076 865	-42 632 894	-44 865 495	-45 908 594	-47 219 278	-48 472 606
Pagamentos ao pessoal	-5 049 122	-5 615 674	-5 661 721	-6 356 036	-6 829 501	-7 283 535
Caixa gerada pelas operações	-35 755 022	-48 248 568	-50 527 216	-52 264 630	-54 048 779	-55 756 141
Outros recebimentos/pagamentos	39 225 714	53 736 832	55 595 384	59 105 699	60 895 425	62 800 827
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3 470 693	5 488 264	5 068 168	6 841 069	6 846 646	7 044 687
Fluxos de caixa das atividades de investimento						
Pagamentos respeitantes a:						
Activos fixos tangíveis	-77 748	-307 250	-311 501	-447 960	-510 000	-510 000
Activos intangíveis	-229 977	-692 750	-874 258	-1 531 545	-10 250 000	-10 250 000
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros activos	-30 613 575					
Recebimentos provenientes de:						
Activos fixos tangíveis						
Activos intangíveis						
Propriedades de investimento						
Investimentos financeiros						
Outros activos			30 613 575			
Subsídios ao investimento						
Transferências de capital						
Juros e rendimentos similares						
Dividendos						
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-30 921 301	-1 000 000	29 427 816	-1 979 505	-10 760 000	-10 760 000
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Recebimentos provenientes de:						
Financiamentos obtidos						
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital						
Cobertura de prejuízos						
Doações						
Outras operações de financiamento						
Pagamentos respeitantes a:						
Financiamentos obtidos						
Juros e gastos similares						
Dividendos						
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital						
Outras operações de financiamento						
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)						
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)	-27 450 608	4 488 264	34 495 984	4 861 564	-3 913 354	-3 715 313
Efeito das diferenças de câmbio						
Caixa e seus equivalentes no início do período	30 616 533	33 507 570	3 165 925	37 661 910	42 523 474	38 610 120
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 165 925	37 995 834	37 661 910	42 523 474	38 610 120	34 894 807
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA						
Caixa e seus equivalentes no início do período	30 616 533	33 507 570	3 165 925	37 661 910	42 523 474	38 610 120
- Equivalentes a caixa no início do período						
- Variações cambiais de caixa no início do período						
= Saldo da gerência anterior	30 616 533	33 507 570	3 165 925	37 661 910	42 523 474	38 610 120
De execução orçamental	30 613 575		3 142 422	0		
De operações de tesouraria	2 957		23 503	0		
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 165 925	37 995 834	37 661 910	42 523 474	38 610 120	34 894 807
- Equivalentes a caixa no fim do período						
- Variações cambiais de caixa no fim do período						
= Saldo para a gerência seguinte	3 165 925	37 995 834	37 661 910	42 523 474	38 610 120	34 894 807
De execução orçamental	3 142 422					
De operações de tesouraria	23 503					

Nota: as contas de 2022 foram submetidas ao Tribunal de Contas (TC) via Prestação Eletrónica de Contas. Os valores anuais serão incluídos na Conta Geral do Estado de 2022. O resultado dessas contas foi incluído no Relatório e Contas desse ano e remetido à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). Para a prestação de contas é utilizado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

7. Contrato Programa / Serviço Público / Concessão de Serviço Público

Não aplicável.

8. Quadro Síntese de Autorizações Requeridas

Exceções pedidas e autorizadas	Despacho	Data
Plano de atividades e Orçamento de 2017		
Proposta de indicador de eficiência	1245/17-SEAFin	29/12/2017
Plano de atividades e Orçamento de 2018		
Recrutamento novos colaboradores incluindo 2 para NFC	480/18-SEAFin	19/06/2018
Plano de atividades e Orçamento de 2019		
Aumento gastos com deslocamentos, ajudas de custo e alojamento e associados à frota automóvel incluindo substituição 2 viaturas	976/2019 SEAFin	20/09/2019
Plano de atividades e Orçamento de 2022		
Aumento das rendas das viaturas de AOV	398/2022-SET	21/11/2022
Aumento dds gastos com ajudas de custos, deslocamentos e estadas	398/2022-SET	21/11/2022
Substituição uma viatura afeta ao Conselho de Administração e 2 já autorizadas no PAO 2019	285/2022-SET	19/09/2022
Plano de atividades e Orçamento de 2023		
Aumento dos gastos operacionais em termos percentuais face ao volume de negócios	47/2023-SEFin	20/03/2023
Aumento gastos com pessoal	47/2023-SEFin	20/03/2023
Aumento de despesa ajudas de custo e alojamento, deslocamentos e estadas e gastos associados à frota automóvel	47/2023-SEFin	20/03/2023
Plano de atividades e Orçamento de 2024		
Aumento de gastos com pessoal e aumento de um trabalhador		
Aumento de Gastos com Frota Automóvel e contratação de novo AOV para substituição de viatura dada como perda total		
Aumento de Gastos com Ajudas de Custo		
Aumento de Gastos com Estudos, Projetos e Pareceres		

Autorizações Necessárias	Fundamentação	Normativo Aplicável	Página do PAO correspondente
Acréscimo real dos Gastos Operacionais em 1,1%.	Principal: Aumento da Massa Salarial em 6,1%.	Despacho n.º 324/2023-SET de 3 de agosto. Despachos Conjuntos do SE Finanças e do SE Tesouro de 15 de dezembro de 2022 e 12 de maio de 2023	Pag. 18
Aumento do número de trabalhadores efetivos	Projeto de Transformação Digital	Despacho n.º 324/2023-SET de 3 de agosto.	Pag. 20
Novo contrato AOV	Substituição de contrato AOV de viatura sinistrada com perda total	Despacho n.º 324/2023-SET de 3 de agosto.	Pag. 21

9. Outros

9.1. Cumprimento das Orientações Financeiras para o triénio 2024-2026

Para efeitos de facilitar a análise do PAO 2024-2026, sintetiza-se o cumprimento das orientações financeiras apresentadas no n. 2 da seção “Elaboração da Proposta de PAO” das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2024-2026, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas não financeiras, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), anexas ao Despacho n.º 324/2023-SET de 3 de agosto.

a) Prever um crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis;

Tabela 16 – Volume de Negócios

(EUR)	2022	2023		2024	2025	2026
	(executado)	(previsto PAO 2023)	(estimativa)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
Rendimentos e Gastos						
Vendas						
Prestações de serviços e concessões	20 092 284	18 236 832	20 095 384	20 105 699	20 725 425	21 425 727

b) Melhorar o resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, neste último caso com a eventual exceção, se tal for recomendável, daquelas em que as correções de justo valor são inerentes à sua atividade, como no caso dos ativos biológicos, e refletir esta orientação nos objetivos, planeamento da atividade e planeamento financeiro;

Tabela 17 – EBIT

(EUR)	2022	2023		2024	2025	2026
	(executado)	(previsto PAO 2023)	(estimativa)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamentos	3 857 523	5 488 264	5 073 121	6 711 711	6 877 783	7 088 236

c) Melhorar o resultado líquido em execução da proposta de PAO, sempre que possível;

Tabela 18 – Resultado Líquido

(EUR)	2022	2023		2024	2025	2026
	(executado)	(previsto PAO 2023)	(estimativa)	(previsão)	(previsão)	(previsão)
Resultado líquido do período	3 482 567	4 607 602	4 619 451	5 782 378	6 053 859	6 325 340

d) Realizar apenas os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados, a demonstrar, por exemplo, por um valor atualizado líquido positivo. Qualquer investimento que não verifique esta condição deve ser referido como tal, acompanhado da devida fundamentação, carecendo de autorização expressa no ato de aprovação do PAO. Deve ser apresentado o Return on Assets (ROA, calculado como resultado operacional dividido pelo ativo total), que deve melhorar em cada ano;

Investimento: 23 milhões de €

TIR Projeto: 35%

VAL Projeto descontado às OT10Y (3,35% a.a.): 82 milhões de €;

Payback nominal: 4 anos.

e) Otimizar a utilização dos recursos humanos, prevendo as ações de formação que permitam melhorar a produtividade, assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores, que constitui condição sine qua non para a autorização do aumento do número de trabalhadores ao serviço da empresa;

A Agência incorporou um orçamento de c. 42 mil € em formação, no total dos Gastos com Pessoal.

	2022	2023	2024	2025	2026
(1) Resultado Líquido	3 482 567 €	4 619 451 €	5 782 378 €	6 053 859 €	6 325 340 €
(2) N.º Médio Trabalhador	88	91	99	99	99
RL/Trabalhador (1/2)	39 575 €	50 763 €	58 704 €	61 150 €	63 892 €

f) Desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos (v.g., de candidaturas aos fundos estruturais). O plano financeiro deve separar claramente o financiamento da atividade operacional do investimento e o endividamento da empresa deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais. Deve ser apresentado o Return on Equity (ROE, calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio), que deve melhorar em cada ano (no caso de a equity ser negativa, deverá ser demonstrado pela comparação da variação percentual do resultado operacional e do capital próprio);

A Agência apresenta um plano de investimento iniciado em 2023 e que se pretende concluir até 2026, na transformação digital da instituição, num valor total de 23 milhões de €, e que tem um retorno positivo conforme referido no parágrafo d) em cima.

O Investimento será completamente autofinanciado sem recurso a aumento de capital, indemnizações compensatórias, subsídios a outras operações ou financiamento externo.

g) Reduzir o endividamento, em termos reais, líquido de investimento;

A Agência não tem endividamento financeiro.

h) Reduzir o volume dos “pagamentos em atraso” (arrears).

Não existem dívidas a fornecedores, estando a totalidade das faturas pagas até à data do seu vencimento.

Tabela 19 – Prazo médio de pagamentos (*)

(dias)	2021 (real)	2022 (real)	2023 (estimado)	2024 (previsão)
1 Trimestre	29	19	36	36
2 Trimestre	11	8	14	14
3 Trimestre	4	4	8	8
4 Trimestre	0	0	0	0

*inclui faturas de Documentos Únicos de Cobrança.

10. Anexos

Anexo 1

Anexo 1.1

Parecer do Órgão de Fiscalização



WWW.RCA.AC

LISBOA
AV. DUQUE D'AVILA, 186. 5º
1050-052 LISBOA
PORTUGAL

PORTO
AV. DA BOAVISTA, 1167. 4º, SALA 44
4100-150 PORTO
PORTUGAL

T. (+351) 217 530 250
F. (+351) 211 605 254
E. RCA.GERAL@RCA.AC

Relatório do Fiscal Único sobre o Plano de Atividades e Orçamento para os exercícios de 2024 a 2026

Introdução

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 200/2012, de 27 de agosto (Estatutos da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.), procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento para os exercícios de 2024 a 2026 da AGÊNCIA DE GESTÃO DA TESOURARIA E DA DÍVIDA PÚBLICA – IGCP, E.P.E. (Entidade ou IGCP), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do ano de 2022 e o Balanço previsional em 31 de dezembro de cada um dos anos de 2023 a 2026, a Demonstração dos Resultados previsional e a Demonstração dos Fluxos de Caixa previsionais relativas ao ano a findar naquelas datas, incluindo os pressupostos em que se basearam.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para os exercícios de 2024 a 2026, que inclui as demonstrações financeiras previsionais e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. O referido Plano é preparado nos termos exigidos pela alínea d) do nº 1 do artigo 12º dos Estatutos do IGCP e tendo em consideração o Despacho nº 324/2023-SET de 3 de agosto, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em: (i) verificar o cumprimento das disposições definidas no Despacho nº 324/2023-SET, de 3 de agosto, (ii) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação das demonstrações financeiras previsionais; (iii) verificar se as demonstrações financeiras previsionais foram preparadas de acordo com os pressupostos; e (iv) concluir sobre se a apresentação das demonstrações financeiras previsionais é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nas demonstrações financeiras previsionais da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos, está apresentada de acordo com o exigido pela alínea d) do nº 1 do artigo 12º dos Estatutos do IGCP e o Plano referido foi elaborado com base nas disposições do Despacho nº 324/2023-SET.



PRAXITY
Certified Business Advisory

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Lisboa, 19 de setembro de 2023



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Paulo Fernando da Silva Pereira
Revisor Oficial de Contas nº 931; CMVM 20160548

Anexo 1.2

Despachos do Membro do Governo da Área das Finanças Relevantes

- i. Autorização de utilização de indicador alternativo para aferição da eficiência operacional
Despacho n.º 1245/17-SEAFin de 29 de dezembro

- ii. Autorização de revisão da frota automóvel e de locação de veículos
Despacho n.º 398/2022-SET de 21 de novembro.

- iii. Autorizações de recrutamento concedida e ainda não integralmente exercidas à data de elaboração do PAO
Despacho n.º 47/2023-SEFin de 20 de março
Despacho n.º 103/2023-SEFin de 23 de maio

- iv. Autorização de abertura de crédito especial
Despacho n.º 79/2023-SEFin de 8 de maio

Anexo 2

Demonstrações Financeiras Previsionais

(detalhadas para o triénio 2024-2026 e desagregadas por trimestre para o ano de 2024)

Anexo 2.1

Balanço Previsional

(para o triénio 2024-2026 e desagregado por trimestre para o ano de 2024)

Rubricas	Notas	2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
ATIVO											
Ativo não corrente											
Ativos fixos tangíveis		325 964 €	382 575 €	473 528 €	491 471 €	515 396 €	545 302 €	593 151 €	593 151 €	809 458 €	1 039 018 €
Propriedades de Investimento											
Ativos intangíveis		1 401 436 €	1 899 483 €	2 046 780 €	2 186 362 €	2 372 473 €	2 605 110 €	2 977 330 €	2 977 330 €	12 697 098 €	22 464 641 €
Ativos biológicos											
Participações financeiras											
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis											
Clientes, contribuintes e utentes											
Acionistas / Sócios / Associados											
Diferimentos											
Outros ativos financeiros											
Ativos por impostos diferidos											
Outras contas a receber											
Subtotal		1 727 400 €	2 282 058 €	2 520 308 €	2 677 834 €	2 887 869 €	3 150 412 €	3 570 481 €	3 570 481 €	13 506 556 €	23 503 659 €
Ativo corrente											
Inventários											
Ativos biológicos											
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis											
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis											
Clientes, contribuintes e utentes											
Estado e outros entes públicos		90 888 €									
Acionistas / Sócios / Associados											
Diferimentos		589 592 €		674 248 €	675 054 €	676 129 €	677 473 €	679 624 €	679 624 €	700 012 €	721 013 €
Ativos financeiros detidos para negociação		453 159 €		453 159 €	453 159 €	453 159 €	453 159 €	453 159 €	453 159 €	453 159 €	453 159 €
Outros ativos financeiros											
Ativos não correntes detidos para venda		30 613 575 €									
Caixa e depósitos											
Subtotal		34 913 139 €	37 995 834 €	38 789 317 €	39 519 357 €	40 492 745 €	41 709 480 €	43 656 256 €	43 656 256 €	39 763 291 €	36 068 979 €
Total do Ativo		36 640 539 €	40 277 892 €	41 309 625 €	42 197 191 €	43 380 614 €	44 859 892 €	47 226 737 €	47 226 737 €	53 269 846 €	59 572 637 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO											
Património / Capital		50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €	50 000 €
Ações (quotas) próprias											
Outros instrumentos de capital próprio											
Prémios de emissão											
Reservas		81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €	81 948 €
Resultados transitados		30 246 344 €	33 505 470 €	33 728 911 €	34 421 829 €	35 345 719 €	36 500 581 €	38 348 362 €	38 348 362 €	44 130 740 €	50 184 599 €
Ajustamentos em ativos financeiros		1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €	1 269 €
Excedentes de revalorização											
Outras variações no Património Líquido											
Resultado líquido do período		3 482 567 €	4 607 602 €	4 619 451 €	4 793 890 €	5 026 475 €	5 317 207 €	5 782 379 €	5 782 378 €	6 053 859 €	6 325 340 €
Dividendos antecipados											
Interesses que não controlam											
Total do Património Líquido		33 862 127 €	38 246 288 €	38 481 578 €	39 348 935 €	40 505 411 €	41 951 005 €	44 263 957 €	44 263 957 €	50 317 815 €	56 643 156 €
PASSIVO											
Passivo não corrente											
Provisões											
Financiamentos obtidos											
Fornecedores de investimentos											
Fornecedores											
Responsabilidade por benefícios pós-emprego											
Diferimentos											
Passivos por impostos diferidos											
Outras contas a pagar											
Subtotal		0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Passivo corrente											
Credores por transferências e subsídios concedidos											
Fornecedores											
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes											
Estado e outros entes públicos		114 391 €									
Acionistas / Sócios / Associados											
Financiamentos obtidos											
Fornecedores de investimentos											
Outras contas a pagar		2 664 021 €	2 031 604 €	2 828 046 €	2 848 256 €	2 875 203 €	2 908 887 €	2 962 780 €	2 962 780 €	2 952 031 €	2 929 481 €
Diferimentos											
Passivos financeiros detidos para negociação											
Outros passivos financeiros											
Subtotal		2 778 412 €	2 031 604 €	2 828 046 €	2 848 256 €	2 875 203 €	2 908 887 €	2 962 780 €	2 962 780 €	2 952 031 €	2 929 481 €
Total do Passivo		2 778 412 €	2 031 604 €	2 828 046 €	2 848 256 €	2 875 203 €	2 908 887 €	2 962 780 €	2 962 780 €	2 952 031 €	2 929 481 €
Total do Património Líquido e Passivo		36 640 539 €	40 277 892 €	41 309 624 €	42 197 191 €	43 380 614 €	44 859 892 €	47 226 737 €	47 226 737 €	53 269 846 €	59 572 637 €

Anexo 2.2

Demonstração de Resultados por Natureza

(para o triênio 2024-2026 e desagregado por trimestre para o ano de 2024)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Impostos e taxas											
Vendas											
Prestações de serviços		20 092 284 €	18 236 832 €	20 095 384 €	5 026 424 €	5 026 425 €	5 026 425 €	5 026 425 €	20 105 699 €	20 903 425 €	21 425 727 €
Transferências e subsídios correntes à exploração obtidos		28 973 816 €	35 500 000 €	35 500 000 €	9 750 000 €	9 750 000 €	9 750 000 €	9 750 000 €	39 000 000 €	40 170 000 €	41 375 100 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos											
Variação de inventários da produção											
Trabalhos para a própria entidade											
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas											
Fornecimentos e serviços externos		- 40 144 822 €	- 42 632 894 €	- 44 906 589 €	- 6 892 453 €	- 9 189 938 €	- 11 487 422 €	- 18 379 875 €	- 45 949 688 €	- 47 217 772 €	- 48 466 261 €
Gastos com pessoal		- 5 063 108 €	- 5 615 674 €	- 5 615 674 €	- 1 380 921 €	- 1 841 229 €	- 1 380 921 €	- 1 841 229 €	- 6 444 300 €	- 6 977 870 €	- 7 246 330 €
Transferências e subsídios concedidos											
Prestações sociais											
Imparidades de inventários (perdas/reversões)											
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)											
Provisões (aumentos/reduções)											
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)											
Aumentos / reduções de justo valor											
Outros rendimentos e ganhos											
Outros gastos e perdas		646 €									
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)		3 857 523 €	5 488 263 €	5 073 121 €	6 502 050 €	3 745 258 €	1 908 082 €	5 444 679 €	6 711 711 €	6 877 783 €	7 088 236 €
Gastos / reversões de depreciação e amortização		- 374 956 €	- 880 661 €	- 453 670 €	- 139 400 €	- 185 867 €	- 232 333 €	- 371 733 €	- 929 333 €	- 823 924 €	- 762 896 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)											
Resultado operacional (EBIT)		3 482 567 €	4 607 602 €	4 619 451 €	6 363 650 €	3 559 391 €	1 675 749 €	5 816 412 €	5 782 378 €	6 053 859 €	6 325 340 €
Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor											
Juros e rendimentos similares obtidos											
Juros e gastos similares suportados											
Resultado antes de impostos		3 482 567 €	4 607 602 €	4 619 451 €	6 363 650 €	3 559 391 €	1 675 749 €	5 816 412 €	5 782 378 €	6 053 859 €	6 325 340 €
Imposto sobre o rendimento											
Resultado líquido do período		3 482 567 €	4 607 602 €	4 619 451 €	6 363 650 €	3 559 391 €	1 675 749 €	5 816 412 €	5 782 378 €	6 053 859 €	6 325 340 €

Anexo 2.3

Demonstração dos Fluxos de Caixa Previsional (para o triénio 2024-2026 e desagregado por trimestre para o ano de 2024)

RUBRICAS	Notas	2022	2023	2023	1ºT2024	2ºT2024	3ºT2024	4ºT2024	2024	2025	2026
		Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão
Fluxos de caixa de atividades operacionais											
Recebimentos de clientes		11 370 966 €									
Recebimentos de contribuintes											
Recebimentos de utentes											
Pagamentos a fornecedores	-	42 076 865 €	42 632 894 €	44 865 495 €	6 886 289 €	9 181 719 €	11 477 149 €	18 363 437 €	45 908 594 €	47 219 278 €	48 472 606 €
Pagamentos ao pessoal	-	5 049 122 €	5 615 674 €	5 661 721 €	1 362 008 €	1 816 010 €	1 362 008 €	1 816 010 €	6 356 036 €	6 829 501 €	7 283 535 €
Caixa gerada pelas operações		- 35 755 022 €	- 48 248 568 €	- 50 527 216 €	- 8 248 297 €	- 10 997 729 €	- 12 839 157 €	- 20 179 447 €	- 52 264 630 €	- 54 048 779 €	- 55 756 141 €
Outros recebimentos/pagamentos		39 225 714 €	53 736 632 €	55 595 384 €	8 865 854 €	11 821 140 €	14 776 425 €	23 642 280 €	59 105 699 €	60 895 425 €	62 800 827 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 470 693 €	5 488 264 €	5 068 168 €	617 557 €	823 411 €	1 937 268 €	3 462 833 €	6 841 069 €	6 846 646 €	7 044 686 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento											
Pagamentos respeitantes a:											
Ativos fixos tangíveis	-	77 748 €	307 250 €	311 501 €	67 194 €	89 592 €	111 990 €	179 184 €	447 960 €	510 000 €	510 000 €
Ativos intangíveis	-	229 977 €	692 750 €	874 258 €	229 732 €	306 309 €	382 886 €	612 618 €	1 531 545 €	10 250 000 €	10 250 000 €
Propriedades de investimento											
Investimentos financeiros											
Outros Ativos	-	30 613 575 €									
Recebimentos provenientes de:											
Ativos fixos tangíveis											
Ativos intangíveis											
Propriedades de investimento											
Investimentos financeiros											
Outros Ativos				30 613 575 €							
Subsídios ao investimento											
Transferências de capital											
Juros e rendimentos similares											
Dividendos											
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 30 921 301 €	- 1 000 000 €	29 427 816 €	- 296 926 €	- 395 901 €	- 494 876 €	- 791 802 €	- 1 979 505 €	- 10 760 000 €	- 10 760 000 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento											
Recebimentos provenientes de:											
Financiamentos obtidos											
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital											
Cobertura de prejuízos											
Doações											
Outras operações de financiamento											
Pagamentos respeitantes a:											
Financiamentos obtidos											
Juros e gastos similares											
Dividendos											
Reduções de capital e outros instrumentos de capital											
Outras operações de financiamento											
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		- 27 450 608 €	4 488 264 €	34 495 984 €	320 631 €	427 510 €	1 442 392 €	2 671 031 €	4 861 564 €	- 3 913 354 €	- 3 715 314 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		30 616 533 €	33 507 570 €	3 165 925 €	37 661 910 €	37 982 541 €	38 410 050 €	39 852 442 €	37 661 910 €	42 523 474 €	38 610 120 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 165 925 €	37 995 834 €	37 661 910 €	37 982 541 €	38 410 050 €	39 852 442 €	42 523 474 €	42 523 474 €	38 610 120 €	34 894 807 €

Anexo 3

Planificação de Recursos Humanos para o triénio 2024-2026

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2022	Situação a 31/12/2023	Situação a 01.01.2024			Movimentos de Pessoal - 2024					Situação a 31/12/2024	
			Idade média	# de trabalhadores com 60 ou mais anos	# de trabalhadores em idade de reforma	Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Autorizações de recrutamento concedidas em 2023	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2024 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do art.º 142 do DEO (normativo legal, despacho, etc.)		Autorizações de recrutamento solicitadas
		(1)				(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	3	3	55	1								3
Cargos de direção (s/ OS)	14	17	51	1	1	1				1		17
Categoria 1 (Técnicos)	52	57	45	2							1	58
Categoria 3 (Auxiliares)	22	22	55	9	1	1						22
Categoria 2 (Administrativos)	2	2	63	2								2
Total	93	101	269	15	2	2	0	0	0	2	1	102

Grupo Profissional	Movimentos de Pessoal - 2025					Situação a 31/12/2025	Movimentos de Pessoal - 2026					Situação a 31/12/2026
	Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2025 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas		Saídas esperadas (reformas/outras)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Substituição de saídas previstas ocorrer em 2026 (obriga a entrada para base de carreira)	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)	Autorizações de recrutamento solicitadas	
	(2)		(4)	(5)	(6)	= *2024 - (2) + (4) + (5) + (6)	(2)		(4)	(5)	(6)	= *2025 - (2) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)						3						3
Cargos de direção (s/ OS)						17						17
Categoria 1 (Técnicos)						58						58
Categoria 3 (Auxiliares)	1			1		22	1			1		22
Categoria 2 (Administrativos)						2						2
Total	1	0	0	1	0	102	1	0	0	1	0	102

Anexo 5

Planeamento de Investimentos

Projeto de Transformação Digital e outros investimentos correntes:

	2023	2024	2025	2026
FSE Desenvolvimento Projeto	-1,246	-0,492		
Software e Hardware		-1,000	-9,500	-9,500
Outros Investimentos correntes		-0,980	-1,260	-1,260
Total Investimento	-1,246	-2,472	-10,760	-10,760

Fontes de Financiamento: autofinanciamento.

Execução Física acumulada:

	2022(r)	2023(e)	2024(o)	2025(o)	2026(o)
Grau de execução física acumulada	0%	3%	9%	45%	100%

Anexo 6

Plano de Investimentos Anual e Plurianual

(Memória Descritiva)

COMERCIALMENTE SENSÍVEL e CONFIDENCIAL

Anexo 7

Portarias de Extensão de Encargos já Emitidas

Nota: o projeto de Transformação Digital reparte-se entre 2023 e 2026, e será executado através de contratos cuja execução se dividem por mais do que um exercício orçamental.

Este projeto é unicamente financiado por receitas próprias.

Anexo 8

Plano de Restruturação, Liquidação

Não aplicável.

Anexo 9

Declaração de Conformidade do PAO 2024 com a Proposta de Orçamento de Estado para 2024

Para os devidos efeitos e nos termos do Despacho n.º 172/14-SET, de 31 de janeiro e do Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto, o Conselho de Administração da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., declara que o Plano de Atividades e Orçamento para 2024 se encontra em conformidade com o projeto de orçamento para 2024 enviado à tutela a 18 de agosto de 2023, de acordo com o referencial de contas públicas.

Lisboa, 18 de setembro de 2023

Miguel Martín

Presidente do Conselho de Administração

Anexo 10

Justificações ao PAO

O presente anexo serve para justificar e clarificar alguns aspetos do PAO:

- Secção 3.5 - No uso do disposto do n.º 2 do artigo 158.º do Decreto-Lei 84/2019, de 28 de junho, os membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e pelo respetivo setor de atividade podem dispensar o cumprimento do disposto no número n.º 1, devendo em tal caso estabelecer outro indicador para medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, o qual deve ser mantido, durante três exercícios consecutivos.

No PAO de 2017 e 2018, foi reconhecido que o volume de negócios do IGCP não se revelava adequado para aferir o nível de eficiência da Agência. Adicionalmente, foi aprovado, como indicador de medida da otimização dos gastos operacionais, para o triénio 2017/2019, uma métrica que teve em consideração as principais atividades desenvolvidas, nas suas várias vertentes, nomeadamente:

- Para atividade de emissão de dívida transacionável: o n.º de operações a realizar em cada ano, nomeadamente leilões, sindicatos, Ofertas Públicas de Venda e colocações privadas;
- Para a atividade de emissão de dívida de retalho: o n.º de operações efetuadas, incluindo abertura de contas, alteração de número de IBAN, alteração de dados de clientes, subscrições, amortizações e processos de alteração de titularidade;
- Para a atividade global da tesouraria do Estado: o número de recebimentos e pagamentos efetuados através dos sistemas de IB+ e SGT e o número de contas ativas nos dois sistemas.

Para permitir a comparação das diversas atividades no cálculo do indicador, as variáveis utilizadas foram normalizadas pela média e desvio padrão dos valores observados de 2015 a 2017. Calculou-se o mesmo indicador para o triénio de 2024 a 2026, utilizando para o efeito a média e o desvio padrão de cada variável de 2023 a 2025.